

# O CENTRO DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO DE CUIABÁ E AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM MATO GROSSO NOS ANOS 1960

Teaching Training Centre in Cuiabá and the changes in the primary education in Mato Grosso during 60's

El Centro de Formación del Magisterio de Cuiabá y los cambios en la educación primaria en Mato Grosso en los años 1960

Rômulo Pinheiro de Amorim\*

Márcia dos Santos Ferreira\*\*

---

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender o processo de criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e as mudanças por ele empreendidas no ensino primário em Mato Grosso na década de 1960. A criação do centro foi compreendida a partir da análise das relações estabelecidas com o contexto educacional brasileiro e as suas implicações no magistério em Mato Grosso nesse período. Emprega-se a abordagem investigativa de Sanfelice (2006), que assinala a origem de uma instituição escolar através da relação entre as suas singularidades e o contexto mais geral. Para a realização deste artigo foram consultadas as produções em História da Educação relativas ao tema, análise de relatórios oficiais, jornais e depoimentos de professoras primárias que atuaram no período em estudo. Os dados indicam que a origem do CTM-Cuiabá está relacionada aos planejamentos educacionais elaborados pelo governo federal, articulado com os governos estaduais, na década de 1960, cujo objetivo era promover formação especializada para os professores leigos que exerciam o magistério em Mato Grosso.

**Palavras-chave:** Política educacional. ensino primário. professores leigos. Mato Grosso.

---

## ABSTRACT

This essay aims to understand the process of creation of the Teaching Training Centre in Cuiabá and the changes undertaken by it in relation to primary education in Mato Grosso during the 60's. Its creation was apprehended from analysis established with the national context to Brazilian education and its implications to teaching activity in Mato Grosso within this period. In this essay, the investigative approach highlighted is Sanfelice's idea (2006), which marks the origin of an educational institution through the relation between its uniqueness and its general context. In order to write this essay, productions about History of Education about the theme proposed here, analysis of official report, journals and deposition of primary teachers who actuated in this period were consulted. Data indicate that the origin of TTC-Cuiabá is related to educational planning enhanced by the federal

---

\*Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória do IE/UFMT. E-mail: romulo79@gmail.com.

\*\*Doutora em Educação. Professora Adjunta do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do GEM (Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória) desde 2007. E-mail: msf@ufmt.br.

government, along with the state governments in 60's, which objective was to promote specialised qualification to train the novice teachers in the state of Mato Grosso.

**Keywords:** Education policy. primary teaching. novice teachers. Mato Grosso

---

## RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo comprender el proceso de creación del Centro de Formación del Magisterio de Cuiabá y los cambios por él emprendidos en la enseñanza primaria en Mato Grosso en la década de 1960. La creación del centro fue comprendida a partir del análisis de las relaciones establecidas con el contexto educativo brasileño y sus implicaciones en el magisterio en Mato Grosso en este período. Se emplea el abordaje investigativo de Sanfelice (2006), que señala el origen de una institución escolar a través de las relaciones entre sus singularidades y el contexto más general. Para la realización de este artículo fueron consultadas las producciones en Historia de la Educación relativas al tema, análisis de informes oficiales, periódicos y entrevistas de profesoras de educación primaria que actuaron en el período en estudio. Los datos indican que el origen del CTM-Cuiabá está relacionada a los planes educativos elaborados por el gobierno federal, articulado con los gobiernos estatales, en la década de 1960, cuyo objetivo era promover la cualificación especializada para los profesores sin formación que ejercían el magisterio en Mato Grosso.

**Palabras clave:** Política educativa. enseñanza primaria. profesores sin formación. Mato Grosso.

---

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da década de 1990, os estudos sobre a História das Instituições Escolares foram ampliados pelos pesquisadores da História da Educação. Nesse momento, diversos grupos de pesquisas vinculados a programas de pós-graduação em Educação foram se formando, bem como o interesse desses grupos em pesquisar sobre a temática das instituições escolares foi se expandindo no país.

A incidência maior de estudos sobre a História das Instituições Educacionais em eventos científicos da área pode ser relacionada à crise dos paradigmas dessa época, que resultou em pluralismo epistemológico e temático, assim como o aumento no interesse em estudar objetos singulares (NOSELLA; BUFFA, 2006).

Em Mato Grosso, o estudo da História das Instituições Escolares vem apresentando um crescente desenvolvimento, contando, entre outras, com as diversas pesquisas oriundas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Contudo, a maioria dos estudos relativos ao tema se apresenta concentrada na história de instituições criadas no final do século XIX, na Primeira República e na Era Vargas.

Para contribuir com o estudo sobre as instituições escolares em Mato Grosso, este trabalho possui o objetivo de analisar a relação entre a educação brasileira e mato-grossense na década de 1960 e a criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá. Busca-se compreender a origem desta instituição a partir da conexão entre as suas singularidades e o

contexto mais geral da educação nacional, sob a perspectiva de investigação sugerida por Sanfelice (2006), ao destacar que o estudo da história de uma instituição escolar evidencia os sentidos de suas singularidades, quando se realiza o exercício de conectar o singular com o contexto mais geral, evitando em percebê-la de forma isolada.

Nessa perspectiva, tanto a instituição educacional adentra o meio social em que está inserida, interferindo em sua dinâmica, quanto é influenciada por ele em seus múltiplos aspectos, sejam eles político, econômico ou ideológico (SANFELICE, 2006).

Para a realização deste estudo foram consultadas as produções em História da Educação relativas ao tema, assim como documentos (relatórios, mensagens governamentais, depoimentos orais, fotos, jornais) do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, do arquivo do Núcleo de Documentação e Informação de História Regional - NDIHR/UFMT, de acervos privados e de depoimentos de professoras primárias que atuaram em Mato Grosso na década de 1960.

O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá foi criado na década de 1960 em estreita relação com interesses políticos e econômicos do governo federal. Contudo, o CTM-Cuiabá tem em seu processo de origem peculiaridades que retratam o contexto mato-grossense da época, diferenciando-se de outras instituições que foram criadas nesse mesmo período.

Sanfelice ressalta que as motivações para a criação de uma instituição escolar podem ocorrer de diferentes maneiras, desde as oriundas de iniciativas de grupos religiosos e dos detentores de poderes econômicos em uma determinada região, bem como podem ser constituídas a partir das reivindicações de movimentos sociais ou pela implantação de uma política pública para a educação em nível estadual e federal. Para esse mesmo autor, “a origem de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas” (SANFELICE, 2006, p. 4).

O estudo da criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá insere-se nas discussões acerca da situação em que se encontrava a educação de Mato Grosso na década de 1960 e dos diversos interesses em disputa à época. Conforme Sanfelice (2008), a singularidade de uma instituição escolar ocorre por meio da participação de diferentes grupos sociais que a integram e que procuram inserir em sua constituição as concepções advindas de seu exterior. No entanto, essas mesmas concepções oriundas de fora podem sofrer ressignificações ou resistências praticadas pelos sujeitos que compõem as unidades escolares.

Nesse processo, portanto, elementos internos e externos interagem, singularizando cada instituição.

## **A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

Com o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a educação aparece como fator importante nas normativas estabelecidas pelos planos de assistência técnica elaborados pelos Estados Unidos. O interesse pela educação brasileira e dos demais países periféricos tinha como perspectiva alcançar o desenvolvimento econômico, no entanto, o aumento do domínio estadunidense estaria “resguardado sob a égide da ‘ajuda’ para que os demais países atingissem um nível de desenvolvimento no qual os Estados Unidos despontavam como modelo” (INÁCIO, 2011, p. 110). Dessa forma, o desenvolvimento econômico seria alcançado com a presença de instrutores daquele país para treinarem os trabalhadores brasileiros com a finalidade de que a força de trabalho fosse aprimorada no Brasil. Para a efetivação desses objetivos, estabeleceu-se um auxílio para o aperfeiçoamento do sistema de ensino por meio da assistência técnica estadunidense (INÁCIO, 2011).

A mensagem do presidente Juscelino Kubistchek, na abertura da sessão legislativa no Congresso Nacional, em 1956, faz alusão ao atrelamento da educação com o crescimento do país. O Presidente explanava:

No Brasil, porém, a evolução das necessidades sociais não foi acompanhada da evolução do sistema escolar. A educação primária é considerada uma ampliação da capacidade normal das pessoas verem e sentirem as coisas. Limita-se, praticamente, aos rudimentos da escrita, da leitura e do cálculo. Urge, portanto, que o ensino primário eduque também para o trabalho, transmitindo o que o indivíduo precisa aprender para cobrir as necessidades do trabalho em sua variada forma, atendendo, assim, a real integração na economia e na sociedade modernas (BRASIL, 1987, p. 265).

Kubistchek ressalta em suas críticas à educação escolar existente, o fato de que a situação do ensino primário precisava ser mudada, perante o próprio anseio popular pela escolarização naquele momento. A respeito disso, o presidente explica que a “escola primária, incapaz de atender à crescente procura de mais educação por parte do povo, se multiplica indiscriminadamente ou apenas amplia seu corpo discente pela multiplicação dos turnos de aulas, perdendo por isso em substância e eficiência” (BRASIL, 1987, p. 254). Deste modo, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, dirigido entre 1952 e 1964, por Anísio Teixeira, foi um importante órgão do Ministério da Educação e Cultura no processo de

planejamento e introdução de modificações na educação primária durante os governos Kubistchek e Goulart (MENDONÇA; XAVIER, 2008).

Anísio Teixeira, apoiado pelos educadores que faziam parte do quadro de pesquisadores do INEP, passou a difundir, a partir desse órgão, o pragmatismo deweyano<sup>1</sup>, associado ao ideal desenvolvimentista que estava sendo divulgado ao longo das décadas de 1950 e 1960 pelo governo federal. Para Mendonça e Xavier (2008), esse pragmatismo adotado pelos estudiosos do INEP se atrelava à ideologia desenvolvimentista difundida pelo ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pois o mesmo também acreditava na ênfase dada ao uso da ciência e na utilização da escola como mecanismo de constituição de um ambiente favorável para o crescimento do Brasil. Sobre essa questão, Anísio Teixeira (1952, p. 71) explanou em seu discurso de posse no INEP,

Uma das conseqüências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva, agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados.

Teixeira analisava a nova conjuntura econômico-social brasileira ao retratar a migração de pessoas do campo para cidade para trabalhar nas indústrias. Isto provocou o crescimento das cidades e intensificou um processo de urbanização, que, no entanto, não foi acompanhado pelo oferecimento de uma formação necessária para as pessoas acompanharem esse novo momento em que o Brasil estava vivendo, ou seja, para ele a “[...] tornada mais grave pela tenuidade de nossas instituições e pela impaciência insofrida com que estamos expandindo, sem cuidar da reconstrução do existente nem dar, ao novo, as condições de eficiência que os novos tempos estão a exigir” (TEIXEIRA, 1952, p. 71).

Diante dessa situação, Teixeira atuou na criação do CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, no Rio de Janeiro, em 1955, e dos CRPEs – Centro Regionais de Pesquisas Educacionais em cinco capitais brasileiras. O objetivo do Diretor do INEP era criar instituições responsáveis por realizar pesquisas na área da educação, com o intuito de aprimorar o ensino no país. Para tanto, essas instituições desenvolviam as suas atividades de

---

<sup>1</sup> O Pragmatismo Deweyano se constituía por meio de três aspectos: o primeiro, como “método científico”, enfatizando a utilização da ciência como forma de resolver os problemas no âmbito da praticidade; como “modo de vida democrático”; e, também, tomando por base o planejamento educacional e a realização de estudos de comunidade como formas privilegiadas de conhecimento e de intervenção da realidade. Já o aspecto da “escola progressiva”, ressaltava a importância da prática experimental na escola como forma que levaria à construção de uma consciência comum da população em torno do desenvolvimento econômico do país (MENDONÇA; XAVIER, 2008, p. 31).

forma articulada entre si no campo da pesquisa educacional, que culminaria em exercícios de práticas pedagógicas advindas das pesquisas, por meio da criação das escolas de experimentação (MENDONÇA; XAVIER, 2008).

Sobre a criação do CBPE e do CRPEs em várias regiões do país, Ferreira (2006, p. 71) faz a seguinte observação,

Duas ideias básicas acerca da relação entre educação, desenvolvimento, pesquisa científica e política educacional encontram-se combinadas no projeto de criação do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Por um lado, figurava a noção de que, para atender às demandas educacionais decorrentes dos processos de urbanização e industrialização em curso em diversos pontos do Brasil, era necessário promover uma reestruturação da educação escolar em todos os seus níveis e graus e em cada uma das regiões do país, de acordo com as necessidades locais; por outro lado, defendia-se a ideia de que essa reestruturação somente alcançaria seu objetivo de fazer com que a educação pudesse ser tomada como um fator favorável ao desenvolvimento, na medida em que se baseasse em informações e análises sobre a realidade social e educacional brasileira obtidas por meio de pesquisas científicas aplicadas à educação.

Nesse sentido, o INEP ampliava as suas ações com a regionalização de suas práticas em várias partes do país, ao promover pesquisas das realidades culturais e da situação educacional de cada região do Brasil, assim como construir planos e orientações educacionais nos diversos níveis de ensino. Além disso, também elaborava livros, materiais de ensino, textos e estudos sobre administração escolar e demais assuntos relativo à formação de professores, bem como colaborava para o treinamento e aperfeiçoamento de professores de escolas primárias e normais, com os especialistas em educação e com orientadores e administradores escolares (FILHO; SANTOS; GOUVÊA, 2008).

Para tanto, a articulação realizada pelos CBPE e CRPEs se estenderia com a criação de diversos Centros de Treinamento no país, pois os possíveis avanços no campo da pesquisa educacional deveriam ser difundidos por meio da formação de professores no Brasil. Essa finalidade defendida por Anísio Teixeira foi inserida no Plano Nacional de Educação na década de 1960, propiciando a criação de Centros de Treinamento do Magistério em várias regiões do país. (MENDONÇA, 2008).

A proposta de Anísio Teixeira era de construir “um centro em cada estado, para servir de modelo, constituir-se-ia um foco de irradiação de boas práticas escolares e de propulsão de todo o sistema para as necessidades novas da nação em desenvolvimento” (TEIXEIRA, 1962, p. 2). Essa proposta buscava ressaltar a importância da educação para o desenvolvimento do país, pois a intenção não era somente enfrentar o problema de professores leigos (professores

sem formação para o magistério), mas de modificar as práticas pedagógicas vigentes, com o intuito que essas mudanças contribuíssem com o desenvolvimento econômico do país.

No ano de 1963, o presidente João Goulart, em sua mensagem na abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional, já no regime presidencialista, fez referência ao desenvolvimento do país, associado ao aprimoramento dos sistemas de ensino. De acordo com o presidente,

Um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento do povo brasileiro encontra-se na extrema precariedade da rede nacional de ensino, destinada à preparação da infância e da juventude. O progresso experimentado pelo País, nos últimos dez anos, tornou mais nítida a incapacidade do nosso sistema de educação. Em face da tecnificação dos processos produtivos na indústria e na agricultura, revelam-se ostensivamente as graves deficiências desse ensino, incapaz de formar a força de trabalho altamente qualificada que o desenvolvimento nacional requer (BRASIL, 1987, p. 356).

Na perspectiva do presidente, o sistema de ensino não estava sendo capaz de acompanhar as modificações sociais decorrentes do processo de industrialização nas áreas urbanas e a mecanização da agricultura. Apontava-se a necessidade de que escola em seus diversos níveis de ensino estivesse preparada para formar pessoas que apresentassem condições de ingressar na sociedade como força de trabalho, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento do país. O objetivo do governo federal para a educação nessa época apontada na mensagem do presidente ao Congresso Nacional repercutiu na elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 1963 a 1965.

O Plano Trienal de Educação de 1963 previa metas a serem cumpridas pelos diversos níveis de ensino, além disso, determinava que recursos financeiros e assistência técnica aos Estados fossem concretizados em seus seguintes aspectos:

O programa de construções deverá, portanto, ser relativamente vasto e não poderá ser levado a bom termo sem os recursos adicionais solicitados. Espera-se poder atender, em todo o país, a cerca de 30 por cento das necessidades globais de construção de prédios escolares. Também amplo será o programa de recuperação e aperfeiçoamento do magistério. Com a criação dos Centros de Treinamento do Magistério, a serem mantidos pela União, procura-se institucionalizar o esforço pelo aperfeiçoamento do magistério primário e médio e criar, definitivamente, a figura do professor supervisor. Cada um destes supervisores terá a seu cargo trabalho escolar até o máximo de dez classes primárias, cujos mestres serão por ele assistidos e treinados. Deste modo, espera-se aperfeiçoar, em 1963, 5.000 professores, inclusive leigos, em 1964, cerca de 20.000 professores e em 1965, cerca de 50.000 professores (BRASIL, 2011, p. 163).

O Plano Trienal de Educação também compartilhava dos objetivos do Plano Nacional de Educação de 1962, no que se refere à realização de investimentos na ampliação do ensino primário, bem como no aperfeiçoamento dos professores do país. As metas seriam concretizadas com os investimentos em construções de prédios escolares e na aplicação de um programa de “recuperação” e aperfeiçoamento do magistério, com a criação de Centros de Treinamento do Magistério em várias regiões do Brasil. Para a melhoria da eficácia do ensino foi criada a figura do professor-supervisor que teria a seu cargo a responsabilidade de acompanhar as atividades desempenhadas pelos professores leigos em suas escolas.

### **A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO NA DÉCADA DE 1960**

O governo de Mato Grosso procurou interferir diretamente na formação dos professores primários em 1962, ao determinar que os professores leigos somente exerceriam suas funções através da apresentação de certificado de habilitação a uma comissão especial (MARCÍLIO, 1963). A criação de uma comissão especial, por parte do governo do estado, evidencia a intervenção estadual no sentido de evitar que os docentes não diplomados atuassem no exercício da profissão, lecionando nas escolas mato-grossenses.

Apesar da exigência do certificado de habilitação por parte da Secretaria de Educação e Saúde, mais de 60% dos professores em Mato Grosso eram leigos, sem a formação necessária para atuarem no magistério. Para Humberto Marcílio (1963, p. 214), ex-secretário de educação e saúde de Mato Grosso, esses professores eram considerados pelo governo como um problema para o Estado, pois “tendo-se em conta os conhecimentos gerais que possam possuir esses professores, jamais estarão eles em condições de exercer integralmente as suas funções de mestres, sem os conhecimentos especializados da profissão”.

No ano de 1963, Hermes Rodrigues de Alcântara, Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, em exercício no corrente ano, expressava por meio de um relatório os problemas educacionais que a secretaria de educação necessitava enfrentar, ressaltando que:

[...] um dos problemas que nos desafiava, relativamente ao Ensino, era o grande número de professores leigos, efetivados por concurso. O trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade da recuperação daqueles professores que, embora efetivados, não possuíam, contudo um grau suficiente de conhecimentos e de capacidade profissional. Essa ideia de recuperação mais se mais se ia afirmando, ao passo que outras medidas se mostravam ineficazes e até mesmo desaconselháveis. Estudando o problema com serenidade, entre os caminhos que se ofereciam, resolvemos optar pela fé no nosso elemento humano (ALCÂNTARA, 1964, p. 53-54).



A ideia da realização de investimentos no preparo de professores enfatizada pelo Secretário Estadual de Educação, Cultura e Saúde refletia a sua sintonia com a perspectiva defendida pelo governo federal nessa época, através do Plano Trienal de Educação de 1963. A fala do secretário se apresentava em consonância com o item “Pré-Investimento para o Aperfeiçoamento do Fator Humano” do Plano Trienal, que preconizava a importância de aliar o objetivo de expandir o ensino primário para um maior número de pessoas com o aperfeiçoamento do fator humano. Conforme as diretrizes do plano, este visava modificar o quadro de “retardamento em que nos achamos com relação ao desenvolvimento dos recursos humanos da sociedade brasileira” (BRASIL, 2011, p. 162).

A iniciativa do governo de Mato Grosso se encontrava em consonância com as propostas dos planejamentos educacionais elaboradas pelo governo federal na primeira metade da década de 1960, que visavam modificar o processo de formação docente de nível primário com o intuito de tornar as atividades dos professores deste nível de ensino mais eficiente.

Para que essa proposta se efetivasse, o governo federal propunha que se formassem inicialmente os professores especialistas em educação e os supervisores do ensino primário para coordenarem o processo de mudança da formação docente, com a introdução de novas técnicas e métodos de ensino, bem como a elaboração de planejamentos educacionais considerados avançados para esse período.

No intuito de realizar esses objetivos, o governo estadual enviou professoras normalistas para conhecerem essas novas metodologias de ensino e realizarem cursos de especialização em diversas áreas da educação em outros estados, para posteriormente retornarem e assumirem a direção do processo de mudança da formação docente no cenário educacional mato-grossense. A Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso em conjunto com o FISI (Fundo Internacional das Nações Unidas para Socorro à Infância) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura) promoveram o financiamento para a participação de professores mato-grossenses em cursos de treinamento e aperfeiçoamento docente nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, em 1963 (O ESTADO DE MATO GROSSO, 09/07/1963).

O objetivo da secretaria de educação era construir um aparato renovador na administração da educação do estado, mas para que isso acontecesse seria preciso investir em pessoas especializadas que pudessem organizar a formação docente, buscando um melhor

aprimoramento dos professores leigos efetivos que estavam atuando nas salas de aula em Mato Grosso, bem como aperfeiçoar com novos conhecimentos pedagógicos, tantos os docentes leigos como as normalistas. Uma das medidas adotadas pelo governo estadual para enfrentar o problema da grande quantidade de professores leigos efetivados atuando nas salas de aula em Mato Grosso, foi a criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, em 16 de agosto de 1963.

## **A CRIAÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO DO MAGISTÉRIO DE CUIABÁ**

O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá contou, no momento de sua criação, com o auxílio do governo de Mato Grosso e do governo federal, através da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado e do Ministério da Educação e Cultural. Além disso, o centro contou com o financiamento para a realização de suas atividades advindo do FISI e da UNESCO (O ESTADO DE MATO GROSSO, 10/08/1963).

O FISI contribuiu com um auxílio financeiro equipamentos e bolsas de estudos, o INEP entrou com a ajuda financeira para a manutenção e compra de equipamentos, a UNESCO com assessoria técnica, enquanto governo do estado destinou verbas para o pagamento das professoras em treinamento e dos servidores que estavam atuando nessa formação docente (ALCÂNTARA, 1964).

A inauguração do CTM-Cuiabá contou com a participação em sua solenidade de abertura, com o “Governador Fernando Corrêa da Costa, do Prefeito Vicente Emílio Vuolo, do Arcebispo dom Orlando chaves, médicos, deputados, jornalista, professores e professoras e grande número de populares” (O ESTADO DE MATO GROSSO, 18/08/1963). A coordenação do CTM-Cuiabá ficou a cargo da professora Ângela Jardim Botelho, sendo que a mesma foi substituída em fevereiro de 1965 pela professora Almira de Amorim e Silva (O ESTADO DE MATO GROSSO, 26/02/1965).

O jornal *O Estado de Mato Grosso* foi um importante veículo de comunicação da época, utilizado para divulgar notícias desde a criação e organização do CTM-Cuiabá, bem como os trabalhos executados nesta instituição (TODT, 2011). Isso denota a preocupação, por parte do governo estadual, em divulgar para a sociedade mato-grossense que as atividades desempenhadas pelo Centro de Treinamento do Magistério trariam benefícios para o ensino do estado.

A criação do CTM-Cuiabá tinha por objetivo oferecer cursos de formação de professores supervisores com duração de seis meses. Após o curso, os supervisores teriam a função de acompanhar as atividades desenvolvidas por até 10 professoras leigas em suas escolas. A orientação dada pelos professores supervisores para as professoras leigas era uma oportunidade de inserir os novos métodos de ensino, com o intuito de melhorar a eficiência da educação primária no estado.

Em 1963, o CTM-Cuiabá ofereceu seu primeiro curso de formação de supervisores para 37 bolsistas, pois havia a dificuldade em se obter professores para ministrar o curso. Devido a essa dificuldade, um segundo grupo de professoras composta por 56 docentes foram enviadas para fazerem os cursos de especialização em currículo e em supervisão oferecidos pelo PABAAE, em Belo Horizonte (MENDONÇA, 2008). As 37 bolsistas que ficaram em Cuiabá para realizarem o curso no CTM estavam sob a responsabilidade das professoras Miriana Silva, Maria Augusta de R. Carvalho, Gisselda Pelissari e Dalva Silva, provenientes do estado do Espírito Santo, bem como das professoras Jocília Corrêa e Emília Figueiredo, ambas docentes de Mato Grosso (MARCÍLIO, 1963).

Nesse mesmo ano, dez professores de Mato Grosso foram fazer cursos de especialização oferecidos pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (MENDONÇA, 2008). Deste modo, vários professores mato-grossenses estavam realizando cursos de especialização, iniciados no ano de 1963, conforme estava previsto nos planejamentos educacionais para o ensino primário do governo federal.

Em matéria publicada pelo jornal *O Estado de Mato Grosso*, em novembro de 1963, foi divulgado o encontro da representante do Departamento Nacional de Educação, a professora Astrogilda e o Secretário de Educação, Cultura e Saúde, Hermes Rodrigues de Alcântara, ocorrido em Cuiabá para tratar sobre as atividades das supervisoras que estavam em formação em Belo Horizonte, Cuiabá e São Paulo. A matéria informou ainda sobre presença dessas supervisoras em vários municípios de Mato Grosso exercendo suas atividades, a partir do ano posterior, com os seus respectivos salários complementados pelo Ministério da Educação (O ESTADO DE MATO GROSSO, 27/11/1963).

Além dos cursos de formação de supervisores e do curso de aperfeiçoamento para professores leigos proporcionados ao longo da década de 1960, o CTM-Cuiabá ofereceu para cerca de 30 alunos, o curso de Planejamento Educacional que foram ministradas por professores do CRPE-SP (O ESTADO DE MATO GROSSO, 16/02/1964). Já no ano de 1966, o CTM ofereceu para 130 professores um curso de Administração Escolar para os

docentes que estavam atuando como diretores de escolas em Mato Grosso. Esse curso contou com as conferências ministradas pelas professoras Maria Junqueira Schmidt, da Guanabara e Saturnina Fagundes, de São Paulo (O ESTADO DE MATO GROSSO, 23/11/1966).

Um dos problemas ressaltados como mais graves nesse período pelo governo de Mato Grosso era resolver a questão da grande quantidade de professores leigos no estado, por isso a administração estadual instituiu que os professores leigos deveriam obrigatoriamente frequentar o curso de férias, caso contrário seriam exonerados (SIMIÃO, 2006). Os cursos de férias para as professoras leigas eram ministrados normalmente nos meses de janeiro, fevereiro e julho, período de férias no calendário letivo do Estado.

Deste modo, diversas professoras leigas do estado participaram do curso de férias realizado pelo CTM-Cuiabá, como foi o caso da professora Saturnina Silva, que nasceu na cidade de Cuiabá no dia 21 de janeiro de 1916 e atuou na carreira docente por trinta anos, até se aposentar como professora do ensino primário em uma escola isolada mista, junto à Fazenda Conceição. Saturnina exerceu o magistério como professora leiga, bem como participou do curso de férias oferecido pelo CTM-Cuiabá, conforme foi destacado em seu depoimento:

Ensinar todas as coisas novas que a gente aprendeu nesses cursos, para transmitir para os alunos, essa era a finalidade; era ensinar para as professoras para elas aprenderem para depois transmitir para os alunos. Vinham professores de todos os municípios. [...] Mas tinha bastante, muitos desistiram e foram embora. Muitas acharam muita dificuldade, desistiram e foram todos exonerados. Ensinavam os métodos novos, como estão ensinando agora nestas escolas, nesses grupos, através de desenhos de cartolina, cartazes, palito de fósforo, feijão, coisas para contar, todas essas coisas utilizavam para ensinar os alunos. (SILVA. Cuiabá 13/03/2003).

O curso significava, além da aquisição de novas metodologias de ensino, a manutenção do cargo de professor primário no estado de Mato Grosso, pois somente os professores que concluíram o curso de férias poderiam permanecer no quadro de funcionário da secretaria de educação. A professora Saturnina ainda enfatizou em seu depoimento a relevância do curso de férias para a melhoria de sua prática pedagógica “nesse período modificou muito o ensino e para nós foi melhor, eu achei bom, porque a gente tomou outras noções, essas coisas velhas ficaram para trás” (SILVA. Cuiabá 13/03/2003).

A professora Benedita Conceição nasceu na cidade de Cuiabá no dia 17 de novembro de 1945 e exerceu o magistério primário como professora leiga na Escola Paroquial Nossa Senhora da Guia, localizada no Distrito de Nossa Senhora da Guia, município de Cuiabá. A professora Benedita, que realizou o curso de férias do CTM-Cuiabá na década de 1960,

relatou em seu depoimento a relevância do curso para a obtenção de novos conhecimentos pedagógicos:

Aprendi como fazer planejamento, passar trabalho, antes eu não fazia, era só no quadro, mandava as crianças copiar no quadro [...] depois do curso já foi modificando. [...] aprendi a fazer trabalhos manuais, bordar, costurar, aprender a pregar botão, os pontos para fazer o bordado e tudo isso ia passar para os alunos (CONCEIÇÃO. Cuiabá 02/03/2012).

Já a professora Marcolina Silva nasceu no dia 24 de abril de 1935 no município de Chapada dos Guimarães-MT e iniciou a sua carreira docente na década de 1950, em uma escola da zona rural localizada em uma comunidade chamada de Pingador, na cidade de Chapada dos Guimarães-MT. Marcolina atuava no magistério primário como professora leiga e participou do curso de férias do CTM-Cuiabá na década de 1960. O curso de férias contribuiu para a professora Marcolina modificar a sua prática docente “não era mais para decorar. Era para explicar e o aluno entender, podia até ter o texto, mas mandava ler e depois a gente explicava aquele texto”.(SILVA. Chapada dos Guimarães 18/05/2012). Deste modo, a memorização dos conteúdos deveria ser substituída pela explicação da matéria, com o intuito de proporcionar aos alunos o entendimento sobre aquilo que se estava estudando.

A professora normalista Nazita Santiago nasceu em Cuiabá no dia 23 de agosto de 1940 e exerceu o magistério no Grupo Escolar Senador Azeredo. Após concluir o curso de Especialização em Jardim de Infância no Rio de Janeiro, retornou para Mato Grosso em 1962 e passou a ingressar no quadro de funcionários do Departamento de Educação, da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Nazita foi escolhida para exercer a função de Supervisora Chefe do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) na parte norte do estado, sendo que a parte sul teria outra chefia, devido às dimensões territoriais de Mato Grosso (BARROS. Cuiabá 05/10/2011). Contudo, antes de exercer a função de Supervisora Chefe do PAMP em Mato Grosso, a professora Nazita participou do processo de negociação que efetivou a aquisição do prédio onde funcionaria o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, conforme a mesma relatou:

O governo de estado e o MEC descobriram que tinha esse “elefante branco” parado, fechado, acabado, feito para ser uma escola, para crianças com dificuldades... eu acompanhei, fui com Ângela Jardim [...] para a capital, não era em Brasília ainda, era no Rio de Janeiro as negociações... nós chegamos de lá com toda a documentação pela qual o estado de Mato Grosso podia ocupar para esse centro, assinaram contrato, as despesas seriam por conta do Estado e o Ministério de Justiça não tinha nenhuma preocupação com

isso...luz, água, estrutura, limpeza, tudo isso (BARROS. Cuiabá 05/10/2011).

Segundo o relato Nazita, no período de férias, o CTM-Cuiabá recebia uma grande quantidade de professoras leigas de vários municípios mato-grossenses: “o Centro era muito grande, nas férias nós reuníamos de quatrocentos a seiscentos professores que estavam no interior trabalhando em sala de aula, ficava em regime de internato” (BARROS. Cuiabá 05/10/2011), ilustrado pela foto:



Foto 01: As alunas no pátio do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá (1965).  
Fonte: Acervo privado BARROS, 2011.

A atuação do CTM-Cuiabá vigorou até o final da década de 1960 e proporcionou algumas alterações na educação de Mato Grosso, conforme foi ressaltado por Ferreira (2010):

O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, através de seus diferentes cursos, estimulava uma transformação dos atributos e capacidades considerados necessários para as professoras em exercício no sistema público de ensino primário mato-grossense: a identidade profissional destas professoras passava a estar relacionada à aquisição de conhecimentos acerca da utilização novos métodos pedagógicos, além de estar vinculada à obtenção de um título devidamente reconhecido, seja por meio da formação em Escolas Normais, seja, ao menos, pela frequência aos cursos de aperfeiçoamento docente oferecidos pelo governo.

O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá destacou-se no cenário mato-grossense como uma das principais instituições de formação docente neste estado na década de 1960, fruto dos anseios do governo federal e estadual de realizar a “recuperação” dos professores leigos e o aperfeiçoamento dos professores normalistas, bem como de difundir novas metodologias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em estudo, as iniciativas governamentais visavam aumentar a oferta do ensino primário e realizar a “recuperação” de quantidade considerável de professores leigos atuando no magistério primário nacional, bem como oferecer o aperfeiçoamento educacional aos professores normalistas. A criação de uma formação docente que propiciasse mudanças nas práticas pedagógicas dos docentes poderia refletir em uma melhor eficácia do ensino brasileiro, proporcionando a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Os presidentes Juscelino Kubistchek e João Goulart, que atuaram no poder político do país, respectivamente, entre meados das décadas de 1950 e 1960, buscavam concretizar o objetivo de realizar o atrelamento da educação com o desenvolvimento econômico do país, conforme os discursos apresentados por ambos ao Congresso Nacional na época.

Deste modo, as ações do governo federal tinham o objetivo de efetivar uma modificação na política educacional por meio de uma reforma do sistema educacional, como uma das medidas para alcançar o crescimento econômico.

O governo federal organizou, como estratégia para a efetivação dos planos educacionais, a criação de várias equipes de professoras especialistas em educação para atuarem na organização de uma nova formação docente nacional, com o intuito de repassar técnicas e metodologias apreendidas em outros países, como nos Estados Unidos.

A direção do INEP no final da década de 1950 e início da década de 1960 também estava em sintonia com os propósitos do governo federal, ao criar uma rede articulada de instituições que atuaria no campo da pesquisa educacional, por meio do CBPE e dos CRPEs. Além da atuação da pesquisa, as referidas instituições exerceram o papel de contribuir inicialmente na formação de professores especialistas em educação, já que os mesmos poderiam desempenhar posteriormente a função de coordenar a formação docente em seus respectivos estados.

Nesse sentido, para superar a problemática da grande quantidade de professores leigos atuando no país foi necessário à criação de diversos Centros de Treinamento do Magistério em várias regiões do Brasil, que acabou se inserindo na rede articulada já efetivada com o CBPE e os CRPEs. Deste modo, os Centros de Treinamentos ficariam responsáveis pela melhoria da eficácia do ensino por meio da formação da figura do professor-supervisor, que ficaria responsável pelo acompanhamento das atividades desempenhadas pelos professores

leigos em suas escolas, bem como pela “recuperação” e aperfeiçoamento dos professores leigos e normalistas no próprio centro.

Na década de 1960, Mato Grosso também apresentava um quadro de grande quantidade de professores leigos atuando no magistério primário. Nesse sentido, o governo estadual, em consonância com os planejamentos educacionais elaborados pelo governo federal na época, articularam em conjunto a criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá em 1963.

Deste modo, podemos compreender que a criação do CTM-Cuiabá representava a difusão de novos conhecimentos pedagógicos para os professores leigos, bem como para os professores normalistas de Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, H. R. *Três anos de progresso educacional e sanitário*. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1964.

BARROS, N. P. S. *Entrevista concedida a Rômulo Pinheiro de Amorim, membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória do IE/UFMT*. Cuiabá, 05 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *A educação nas mensagens presidenciais*. (1890-1986). V. II, 1987. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...> Acesso em: 02 set. 2013.](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...)

\_\_\_\_\_. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 In: *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. [direção Rosa Freire d’Aguilar] – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 35 – 440.

CONCEIÇÃO. B. C. *Entrevista concedida a Rômulo Pinheiro de Amorim, membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória do IE/UFMT*. Cuiabá, 02 mar. 2012.

FERREIRA, M. S. *Centro de Pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 950 e 1970*. 2006. 250f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2006.

\_\_\_\_\_. O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a Profissionalização Docente em Mato Grosso. *Revista de Educação Pública*, v. 19, n. 39, jan.- abr./2010. p. 145-161.

FILHO, A. L.; SANTOS, P. S.M. B.; GOUVÊIA, F. Quando os documentos falam... ouve-se até os silêncios: entre relatórios, decretos e manuscritos, a gestão de Anísio Teixeira no Inep/CBPE (1952/1964). In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Orgs.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 39-60.



INÁCIO, F. P. S. *A política de formação de professores em Goiás no contexto dos acordos MEC/USAID:(1961-1983)*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

MARCÍLIO, H. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MENDONÇA, A. W. “Reconstrução” da escola e formação do “magistério nacional”: as políticas do Inep/CBPE durante a gestão de Anísio Teixeira (1952-1964). In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Orgs.) *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 75-125. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 08 set. 2013.

MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950/960) In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Orgs.) *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p. 19-38. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 08 set. 2013.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: \_\_\_\_\_. *Navegando na história da educação brasileira*. 2006. Disponível em: <[www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br)> Acesso em: 12 set. 2013.

O ESTADO DE MATO GROSSO. *Centro de Treinamento do Magistério já foi instalado*. 18/08/1963. APMT

O ESTADO DE MATO GROSSO. *Centro de Treinamento vai funcionar dia 16: 40 alunas acham-se inscritas Cuiabá*. 10/08/1963. APMT.

O ESTADO DE MATO GROSSO. *Curso de Planejamento: instala-se amanhã*. 16/02/1964. APMT.

O ESTADO DE MATO GROSSO. CTM. 26/02/1965. APMT.

O ESTADO DE MATO GROSSO. CTM: Cuiabá promove Cursos e Conferências. 23/11/1966. APMT.

O ESTADO DE MATO GROSSO. *Mato Grosso: mais cursos para professores*. 09/07/1963. APMT.

O ESTADO DE MATO GROSSO. *Supervisoras de Mato Grosso: Ministério da Educação envia representante*. 27/11/1963. APMT.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares: desafios teóricos. In: *Série-Estudos: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande-MS, n. 25, p. 1-241, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. História, instituições escolares e gestores educacionais. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.20-27, ago. 2006. Disponível em: <[www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br)>. Acesso em: 10 set. 2013.

SILVA, M. A. *Entrevista concedida a Rômulo Pinheiro de Amorim, membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória do IE/UFMT*. Chapada dos Guimarães-MT, 18 mai. 2012.

SILVA, S. S. *Entrevista concedida a Regina A. V. Simião, membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória do IE/UFMT*. Cuiabá, 13 mar. 2003.

SIMIÃO, R. A. V. *O processo de profissionalização docente em Mato Grosso: (1930-1960)*. Cuiabá: EdUFMT / Central Texto, 2006.

TEIXEIRA, A. Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v.17, n.46, 1952. p.69-79. Disponível em:<<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/delivro.htm>>. Acesso em:09 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Centros de treinamento de professores primários. In: \_\_\_\_\_. *Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina*. Santiago do Chile, 5-19 mar. 1962. Santiago, 1962. 8p. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/delivro.htm>>. Acesso em: 09 set. 2013.

TODT, E. C. *Divulgação das atividades do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá pelo jornal O Estado de Mato Grosso: (1963-1970)*. Cuiabá, Relatório PIBIC, 2010-2011.